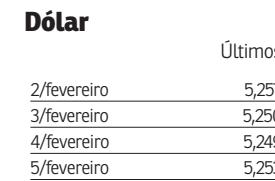
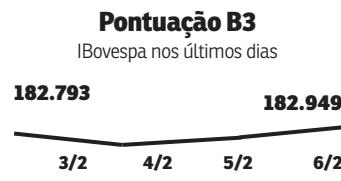
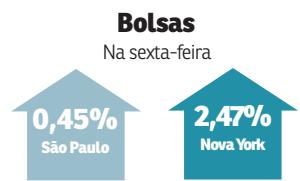


7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



ESPLANADA

Haddad prepara sua passagem de bastão

Embora ainda não tenha papel definido nas eleições, ministro deixa o cargo neste mês para apoiar a campanha de Lula

» RAPHAEL PATI

Em meio à troca de peças no tabuleiro do governo federal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é considerado uma peça-chave para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições deste ano. Embora já tivesse demonstrado desinteresse em concorrer para mais um pleito em 2026, Haddad se mantém fiel ao padrinho político assim como em 2018, quando concorreu à Presidência no lugar de Lula, que cumpria pena em Curitiba após ser preso no âmbito da Operação Lava-Jato.

A estratégia mais ventilada nos bastidores do Planalto é o ministro concorrer ao Senado por São Paulo, enquanto Simone Tebet, titular do Planejamento e Orçamento, sairia como candidata ao Palácio dos Bandeirantes, para concorrer com o atual governador Tarcísio de Freitas. Pelo menos 20 ministros devem deixar o cargo para disputar as eleições.

A legislação eleitoral determina que ocupantes de cargos públicos — como ministros, prefeitos, governadores e magistrados — deixem o posto até seis meses antes do primeiro turno das eleições, marcado para o dia 4 de outubro. No caso de candidatos que ocupam algum cargo de direção em entidades mantidas por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social, o prazo estabelecido para que deixem a função é de quatro meses antes do pleito.

No caso de Haddad, a expectativa é que ele deixe o ministério da Fazenda ainda neste mês, para dar lugar ao número 2, Dario Durigan, que ocupa a secretaria-Executiva desde maio de 2023. Ele assumiu o cargo no lugar de Gabriel Galípolo, que hoje é o presidente do Banco Central. Embora já tenha admitido que não será mais ministro até o final de fevereiro, quando questionado sobre uma possível data de despedida, Haddad preferiu deixar isso na conta de Lula. "Só vou sentar com o presidente para



Cúpula do PT defende candidatura de Haddad ao Senado por São Paulo, mas o ministro tem demonstrado resistência a concorrer em outubro

ver a melhor data", disse o chefe da pasta, no dia 29 de janeiro.

Na alta cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), o nome do ministro da Fazenda é tratado como uma espécie de "coringa". A avaliação do presidente da sigla, Edinho Silva, é de que Haddad pode se candidatar "ao que quiser", mas que isso deve ser definido dentro do partido nos próximos meses. "O que existe é a necessidade de diálogo para entender a responsabilidade e o papel que ele poderá exercer no processo eleitoral", disse Edinho durante evento de aniversário de 46 anos do PT.

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu também defendeu a candidatura de Haddad e reforçou o apoio à permanência de Geraldo Alckmin na vice-presidência. "Isso foi um pacto político, uma espécie de contrato que nós assinamos com a sociedade brasileira, que a aliança entre o Lula e o

Alckmin criaria as condições para nós vencermos a eleição", disse o ex-ministro, que deve disputar por uma cadeira na Câmara dos Deputados após ficar 20 anos afastado da Casa, por crimes cometidos no Mensalão.

Prós e contras

Haddad diz deixar a Fazenda com a sensação de dever cumprido, tendo contribuído para entregar promessas de campanha de Lula como a aprovação da reforma tributária, a isenção do Imposto de Renda (IR) e a ampliação de programas sociais como o Auxílio-Gás e o Bolsa Família.

Apesar dos trunfos mencionados, a dificuldade de controlar o aumento da dívida pública, que chegou a 78,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no final do ano passado, é uma das principais manchas na gestão de Haddad, na avaliação

de especialistas consultados pelo **Correio**. Para o economista e consultor da GO Associados Luccas Sangueto, a gestão do ministro entregou marcos relevantes, mas deixou a impressão de uma equipe econômica condenada ao "esforço permanente", sem garantia de resultado. "O fiscal, em particular, lembra Sísifo — figura mitológica grega — a cada sinalização de disciplina e tentativa de ancorar expectativas, um novo empurrão político faz a pedra rolar de volta", avalia.

Ainda no primeiro ano de governo, a equipe econômica elaborou o novo arcabouço fiscal, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e substituiu o antigo teto de gastos, que era taxado como "atrasado" e "sem eficácia".

Entretanto, a nova regra ainda é amplamente criticada por economistas, entre eles o ex-presidente do Insper Marcos Lisboa, que, no último mês de outubro, disse em entrevista ao **Correio**

que a nova regra já nasceu "morta".

O texto inicial do novo regime fiscal previa que o governo atingisse um superávit de 0,5% no ano passado. No entanto, esse ponto foi deixado de lado logo no segundo ano de vigência do arcabouço, quando a equipe econômica passou a projetar deficit zero em 2025 e superávit em 2026. Com um plano já desenhado pela Fazenda, o sucessor de Haddad terá o compromisso de atingir o primeiro resultado positivo das contas públicas no governo Lula 3.

Legado

Apesar do descontrole na parte fiscal apontado por economistas, o ministro deixa o cargo com resultados positivos, como o nível mais baixo de desemprego da série histórica e a inflação em queda e abaixo do teto da meta, de 4,5%. "O governo conseguiu entregar um

resultado fiscal melhor ao mesmo tempo em que ele paga Bolsa Família de R\$ 600, promove reajustes reais do salário mínimo todo ano, incorpora alguma reposição salarial de servidores públicos que vinham com perdas salariais acumuladas dos oito anos anteriores a esse governo", destaca o doutor em Economia e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão.

Durante os três anos em que esteve à frente da Fazenda, Haddad criticou o nível da taxa básica de juros, principalmente durante a gestão do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Após a chegada de Galípolo ao BC, o chefe da pasta intensificou a interlocução com a política monetária, mas manteve as críticas à Selic, que chegou a 15% ao ano em junho do ano passado. Na declaração mais recente, ele defendeu que a taxa deveria estar em "um dígito" e disse que conversa com Galípolo sobre os impactos dos juros na política econômica, defendendo que o patamar atual dificulta, inclusive, o trabalho fiscal.

O ministro também puxou para si o debate sobre a tributação do "andar de cima", reforçando que os mais ricos não pagariam imposto no Brasil, ao mesmo tempo em que as classes mais baixas são as mais prejudicadas com a carga excessiva. A aprovação da isenção de IR para até R\$ 5 mil foi uma das vitórias mais comemoradas por Haddad durante a gestão, e se tornou uma das principais bandeiras de Lula durante a campanha de 2022.

"Eu diferenciaria o legado do Haddad no legado de longo prazo, que tem a ver com a reforma tributária e essa questão de mudança estrutural da política tributária brasileira, que terá efeitos de longo prazo muito persistentes e muito positivos, e o legado de curto prazo, que tem a ver com a capacidade que o ministro teve de conciliar uma redução bastante significativa do deficit fiscal, mantendo programas sociais que são essenciais para o país, para muita gente", acrescentou Benito Salomão.

Superavit desafia Durigan

Ex-diretor de Políticas Públicas do WhatsApp no Brasil, Dario Durigan levou a experiência no setor privado para o Ministério da Fazenda, onde chegou para substituir Gabriel Galípolo na Secretaria-Executiva. Apesar da passagem pela empresa de telecomunicações, as raízes do provável novo ministro da Fazenda vêm do serviço público. Servidor de carreira da Advocacia-Geral da União (AGU), ele também assumiu o cargo de assessor da subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil durante o governo de Dilma Rousseff.

De perfil mais conciliador e avesso a crises institucionais, Durigan é o nome que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer na Fazenda para evitar desgastes com a economia no último ano de mandato. Com tempo reduzido, o novo ministro terá o papel de apenas cumprir o que já foi endereçado pela gestão Haddad para este ano. Mesmo assim,

ele assume a pasta com o desafio de atingir o primeiro superávit fiscal do governo Lula 3, em um momento de pressão sobre a dívida pública e atividade econômica mais fraca em razão dos juros elevados.

Para o especialista em macroeconomia Samuel Dourado, 2026 deve ser um ano de maior "relaxamento fiscal" no governo, o que deve dificultar ainda mais a tentativa da equipe econômica de atingir um resultado positivo neste ano. "Isso tende a estimular a economia, o que pode gerar pressão inflacionária. Em outras palavras, o fiscal não tem ajudado na ancoragem da inflação. A inflação tem caído nos últimos tempos mais pelo canal de câmbio do que pelos canais de confiança. Ou seja, a inflação deste ano dependerá mais do cenário externo do que do interno", avalia Dourado.

Com a saída de Durigan da secretaria, quem deve assumir o

cargo é o atual secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que também tem boa interlocução com Lula e Haddad e mantém um perfil técnico. Na semana passada, também foi anunciado que o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, deve deixar a função para ser diretor no Banco Central. Completando o quadro principal, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinha, deve seguir no cargo, enquanto o advogado Regis Duhuda assume a parte de reformas econômicas dentro da pasta.

Apesar da dança das cadeiras, o economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, não acredita em grandes mudanças no cenário econômico. "É a mesma equipe econômica que fez saltar a dívida-PIB do Brasil, que aprovou uma PEC da Transição de mais de R\$ 200 bilhões e, mesmo assim, fez deficit primário ao longo de 2023, 2024 e

2025, que acabou com a lei do teto de gastos e criou o arcabouço fiscal, que é uma regra fraca que nem mesmo eles cumpriram, que jogou o país numa descredibilidade fiscal muito grande e elevou o risco país", aponta o economista.

A analista política da BMJ Consultores Associados Raquel Alves também acredita em um ano bem desafiador para a equipe econômica. "Haverá um aumento da pressão por gasto, o que torna praticamente nula a chance de aprovar algum ajuste real, e tem o cenário internacional, que segue complicado. Então, é uma conjuntura que nos deixa descrentes quanto a ter um superávit. O governo está otimista, mas a conjuntura está meio contra esse otimismo", destaca Alves, que completa: "Não acho que a tarefa do Durigan, de entregar um superávit com todo esse contexto seja simples e fácil. Acho que é improvável". (RP)

Washington Costa



Provável ministro tem perfil conciliador e deve evitar desgastes